

1415 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

**RELEVÂNCIA DO CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO: FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES**  
Ana Paula Pinheiro - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**RELEVÂNCIA DO CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO: FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES**

#### Resumo

Este artigo surge após pesquisas nos sites da ANPEd e ENDIPE sobre a temática: Curso Normal em nível médio, nos quais encontrou-se ínfimo acervo sobre a mesma. Para tanto, o artigo aborda aspectos acerca da relevância do Curso Normal em nível médio como formação inicial de professores, apresentando resultados de pesquisa realizada em uma escola da Região do Alto da Serra do Botucaraí-RS, em 2017, a qual oferece o Curso Normal em nível médio. Elenca breve digressão histórica do Curso Normal, dialogando com Saviani (2005), Tanuri (2000), Nóvoa (1999), também sobre o embasamento legal orientador do curso, através do Parecer CNE 1/99 e da Resolução CEE 252/2000. Tendo como base a pesquisa quali-quantitativa realizada por meio de questionário e pesquisa documental, a análise de atas de resultados finais dos 32 anos de existência do curso na escola e do instrumento aplicado. No estudo encontra-se subsídios para reforçar a importância do Curso Normal em nível médio, como formação inicial de professores, pois este, constitui a base teórica e prática aos que buscam as licenciaturas para atuação na Educação Básica.

**Palavras-chave:** Curso Normal em nível médio. Formação Inicial. Formação de professores(as)

#### RELEVÂNCIA DO CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO: FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

##### Resumo

Este artigo surge após pesquisas nos sites da ANPEd e ENDIPE sobre a temática: Curso Normal em nível médio, nos quais encontrou-se ínfimo acervo sobre a mesma. Para tanto, o artigo aborda aspectos acerca da relevância do Curso Normal em nível médio como formação inicial de professores, apresentando resultados de pesquisa realizada em uma escola da Região do Alto da Serra do Botucaraí-RS, em 2017, a qual oferece o Curso Normal em nível médio. Elenca breve digressão histórica do Curso Normal, dialogando com Saviani (2005), Tanuri (2000), Nóvoa (1999), também sobre o embasamento legal orientador do curso, através do Parecer CNE 1/99 e da Resolução CEE 252/2000. Tendo como base a pesquisa quali-quantitativa realizada por meio de questionário e pesquisa documental, a análise de atas de resultados finais dos 32 anos de existência do curso na escola e do instrumento aplicado. No estudo encontra-se subsídios para reforçar a importância do Curso Normal em nível médio, como formação inicial de professores, pois este, constitui a base teórica e prática aos que buscam as licenciaturas para atuação na Educação Básica.

**Palavras-chave:** Curso Normal em nível médio. Formação Inicial. Formação de professores(as)

##### Introdução

O que inspira a realização deste trabalho perpassou pela busca de acervo sobre as seguintes temáticas: Curso Normal em nível médio e formação inicial de professores, por meio de pesquisas realizadas nos arquivos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPEd e dos Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino-ENDIPE, tendo como recorte temporal o período dos 10 anos após a - Década da Educação - estipulada pela LDB - Lei nº 9394/96. A referida pesquisa levantou alguns pontos a serem refletidos: por que existem poucos artigos que abordam a temática da formação de professores em nível médio no Curso Normal nos acervos de tão renomadas fontes de pesquisa e de produção de conhecimento? Curso é considerado Formação Inicial de professores? O que aconteceu com o Curso Normal em nível médio, após a Lei nº 9394/96 no RS? São alguns questionamentos mobilizadores desta pesquisa.

Buscou-se, então, referências que dialogassem sobre: os aspectos históricos, e o embasamento legal que norteia o Curso Normal, realizando uma pesquisa quali-quantitativa, na qual inferiu-se análise documental em atas de resultados finais dos formandos do Curso Normal, tendo como amostragem uma escola que oferece o curso, a qual denomino por escola X, pertencente a Região do Alto da Serra do Botucaraí – Rio Grande do Sul. A pesquisa apresenta o número de alunos formados anualmente, desde a primeira turma em 1985 até 2017, quantidade de alunos egressos do curso que prosseguiram na carreira docente, buscando a graduação em nível superior e beneficiando a localidade e municípios pertencentes a região. Também, registro a quantidade de professores egressos do Curso Normal e que fazem parte do quadro docente desta escola.

Desta forma, tenho como objeto de pesquisa o Curso Normal em nível médio, com foco na sua importância para a formação inicial de professores, especialmente para a região referida nesta pesquisa.

Levo, pois, em consideração o percurso histórico educacional de rupturas políticas e sociais, para que as conquistas na área da educação fossem implantadas. Para tanto, faço a seguinte inquirição: qual a relevância do Curso Normal para formação inicial de professores? Por que ele não é objeto de debates e pesquisas mais efetivas? De investimentos financeiros para seu funcionamento? Para buscar responder algumas destas indagações, além da análise documental relatada neste trabalho, foram realizadas entrevistas com dez (10) professoras que realizaram o Curso na referida escola e que fazem parte de seu quadro docente atualmente.

É importante lembrar que o Curso Normal entrou em extinção, mesmo sem deixar de existir, pois embora alguns estados com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, tenham proposto o fechamento de escolas normais, elas perduraram e perduram no país, consequentemente no estado do Rio Grande do Sul. É inegável que o texto trouxe à tona uma série de discussões na época, como apresenta Saviani (2005, p. 22), "Na letra da lei houve, porém, duas falhas: uma de redação e outra técnica legislativa", o art. 62 admitia a formação em nível médio para a Ed. Infantil e as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, (como era até 2006, na qual passaria para os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental), e as disposições transitórias reforçavam que a formação de professores para Educação Infantil e as quatro primeiras séries deveria ser em nível superior, e indicando o prazo de dez (10) anos para as adaptações.

De certa forma, a Disposição Transitória 87 possibilitou uma grande movimentação e busca de formação em nível superior, inclusive com parcerias entre secretarias de educação e prefeituras ao longo do país (SAVIANI, 2005). Inegável este salto, bem como fundamental, mas ainda teríamos o Curso Normal

em nível médio que continuava a formar professores e continua até os dias atuais, no qual muitos jovens iniciam a sua carreira docente, e na sequência buscam o nível superior, certamente com uma visão mais ampla sobre a profissão escolhida. Desta forma, um complementando o outro.

Passamos a analisar o percurso desta pesquisa, o acervo encontrado sobre os temas selecionados e uma breve digressão histórica sobre o Curso Normal.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, com coleta de dados empíricos por meio de atas de resultados finais do Curso Normal da escola X, que se vale de pesquisa documental, conforme Bardin (1977, p. 45), "a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação". Também, são analisadas as respostas obtidas com a aplicação de dez questionários com os(as) professores(as) formadas no referido curso, que seguiram a carreira docente, e atuam como professores(as) na escola campo da pesquisa.

O período documental investigado foi de 1985 (desde a primeira turma formada na escola) até 2017, sendo um período de 32 anos. O uso destas informações, possibilitou construir dados em relação ao número de alunos formados anualmente no Curso Normal da escola X, quantos destes egressos seguiram a carreira na docência, beneficiando a região e quantos atuam na própria escola de sua formação inicial.

Busquei beber nas fontes de artigos publicados por dois grandes eventos de importância nacional para pesquisas na área da graduação e pós-graduação, sendo eles: ENDIPE e ANPEd. Conforme Libâneo (2016), muito bem argumenta sobre o ENDIPE: "Em primeiro lugar, devo dizer que os Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino constituem um dos movimentos de natureza científica mais bem sucedidos no campo da educação brasileira, [...]" e com relação a ANPEd existe em seus acervos a base para as diversas pesquisas realizadas dentro da pós-graduação no país, constitui um espaço de diálogos entre educadores, pesquisadores sobre as temáticas da Educação Básica. De acordo com Mônica Ribeiro da Silva (2016), os encontros promovem a manifestação do pensamento acadêmico frente às situações sociais apresentadas.

Também, infere-se aos seguintes autores para configuração desta pesquisa: Bardin (1977), Saviani (2005), Tanuri (2000), Libâneo (2017), Santos e Damiani (2014), Nóvoa (1999), bem como com o embasamento legal que orienta o Curso Normal em nível médio como formação de professores.

### A configuração do contexto

A Região do Alto da Serra do Botucaraí é composta por 16 municípios sendo: Alto Alegre, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Itapuca, Jacuizinho, Lagoão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, São José do Herval, Soledade, Tio Hugo e Victor Graeff. O Curso Normal é muito importante para o desenvolvimento desta região, da qual a maioria dos municípios pertence à 25ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Com exceção Tio Hugo, Gramado Xavier, Jacuizinho, Nicolau Vergueiro e Victor Graeff. Considerando os índices apontados em pesquisa como a de Santos e Damiani (2014), sobre o analfabetismo e a falta de perspectiva com relação à valorização da continuidade dos estudos da população local e regional.

Nesse sentido, o Curso surgiu pelas angústias e anseios da população na época e pela necessidade de modificar a situação educacional dos municípios e da região do Alto da Serra do Botucaraí. Como parâmetro para pesquisa, foi selecionada uma escola de Curso Normal em nível médio entre as seis existentes na 25ª CRE, na qual o fluxo de alunos é ininterrupto, desde sua criação, visto que agrega outros municípios vizinhos, dos quais os alunos se deslocam para realizar o Curso, e desde seu início até os dias atuais forma professores(as) para os anos iniciais do próprio município e da região.

Na busca de referencial que abordasse os descritores - Curso Normal e Formação Inicial, foi realizada revisão de literatura com base nos acervos da ANPEd e do ENDIPE, tendo como recorte os 10 anos após a Década da Educação (2008-2017), instituída pelo artigo 87 - Das Disposições Transitórias da LDBEN nº 9394/96, sendo que em 2007 previa-se de que o Curso Normal estaria extinto, o que de fato não ocorreu. Visto esta situação foram analisadas as publicações dentro do período de 2008 até 2017 sobre os descritores elencados.

Nos dados do acervo do ENDIPE, foram encontrados artigos referentes aos anos de 2008 a 2014, com relação a 2016 ainda não estavam disponíveis.

#### Quadro 1. Artigos encontrados acervo ENDIPE 2008 a 2014

Descritores/anos	2008	2010	2012	2014	Total de artigos
Curso Normal	1	0	2	0	3
Formação Inicial	15	1	72	68	156

Fonte: Primária

Cabe ressaltar que dos artigos referentes a pesquisa "Formação Inicial" e "Curso Normal", no ENDIPE todos referem-se à formação apenas em nível superior, entretanto nos três artigos sobre o Curso Normal, encontramos dados do período em que se julgava ocorrer a extinção do curso em nível Médio.

Sobre o acervo encontrado na ANPEd, foi constatado que havia mais trabalhos sobre o tema nos anos anteriores ao recorte desta pesquisa, mas com relação ao Curso Normal em nível Médio foi encontrado um estudo que data de 2006 e tem como título "A política estadual de formação de professores no Pará: a Extinção do curso médio normal" de Monteiro e Nunes (2006).

Com relação à formação inicial, na ANPEd é abordada inferindo também ao nível superior e com a existência de cinco artigos dentro do recorte temporal realizado, dos quais não encontramos relações com o tema deste trabalho.

#### Quadro 2: Artigos encontrados no acervo ANPEd de 2008 a 2017

Descritores/anos	Anterior 2008	2008	2012	2013	2014	2015	Total de artigos
Curso Normal	1	0	0	0	1	0	1
Formação Inicial	10	1	0	0	1	3	14

Fonte: Primária

Ao pesquisar nos dos sites selecionados o tema: Curso Normal, acrescido de seu nível médio, não se localizou artigos, por isso utilizou-se "Curso Normal".

### **A formação inicial de professores no Curso Normal em nível Médio**

Ao abordar o Curso Normal em nível de Ensino Médio busco apresentá-lo como uma alternativa de formação inicial, que continua a ser ofertada no Brasil, e atendendo a demanda de jovens que buscam a formação de "magistério" e na sequência a licenciatura. Nesse sentido, abordo os aspectos do embasamento legal que regulamenta o referido curso.

O Curso Normal em nível Médio, conforme art. 1º e 2º da Resolução do CNE - nº 252/2000, é apresentado como curso de formação de professores em nível médio

Art. 1º O Curso Normal, em nível médio, destinado à formação específica de docentes para a educação infantil e para os quatro anos iniciais do ensino fundamental, reger-se-á pelas normas fixadas na presente Resolução, em complementação à regularização estabelecida pela Resolução nº 2, de 19 de abril de 1999, do Conselho Nacional de Educação.

Art. 2º O Curso Normal, será ministrado, preferencialmente, em instituições exclusivamente dedicadas à formação de professores, com organização adequada à identidade de seu projeto pedagógico.

Desse modo, cabe ressaltar que é uma formação inicial, muito embora não seja referenciado como tal, em artigos que abordam esta formação. São vários os "fantasmas" que assombram o Curso Normal em nível Médio, desde a sanção da Lei nº 9394/96 a oferta do curso diminuiu, bem como a demanda de alunos. Várias escolas estaduais fecharam esta modalidade de ensino, como no caso do estado do Pará conforme Monteiro e Nunes (ANPED-2006), e do Paraná, de acordo com Jesus e Gomide (2003, p. 23), "a extinção do curso de magistério da rede pública estadual de ensino do Paraná no ano de 1999 e seu retorno ao cenário educacional paranaense a partir do ano de 2003". Confirmam os percalços que o Curso passou. Cabe ressaltar que o curso continua sendo oferecido no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com parecer CNE/CEB 1/99 (1999, p. 18-19)

É um curso próprio para a formação de professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, que tem estrutura e estatuto jurídico específicos. Não é um ensino técnico adaptado. Sua identidade, em face do que estabelecem os dispositivos legais, é claramente definida pela contextualização da sua proposta pedagógica, no âmbito das escolas campo de estudo e das experiências educativas às quais os futuros professores têm acesso, seja diretamente, seja através dos recursos tecnológicos disponíveis. Em função dessa concepção, a formação de professores oferecida nessa modalidade requer um ambiente institucional próprio, com organização adequada à sua proposta pedagógica.

O parecer é muito claro em relação ao Curso não ser um curso técnico, mas possuir uma identidade própria, bem como estrutura e estatuto jurídicos próprios.

Segundo dados do INEP (SENSO, 2016, p. 10), no ano de 2016 estavam matriculados no Curso Normal em nível Médio, 506.538 alunos na rede pública de ensino, na rede privada o número é de 25.233 alunos no Brasil. Os dados indicam que a maioria dos professores que concluem o Curso Normal em nível Médio é formada na rede estadual de ensino, continuando esta atribuição aos estados. Há dois aspectos interessantes de serem analisados, um deles é o da nomenclatura, pela qual o INEP apresenta como Ensino Médio Normal e a atual gestão da Secretaria Estadual de Educação e Conselho Estadual de Educação fazem uso - Curso Normal em Nível Médio ou Ensino Médio - Curso Normal. Outro aspecto seria de que para o INEP, o Curso aparece em seus dados estatísticos como integrado ao Ensino Médio e como matrículas da Educação Profissional. O que de fato não procede ao que rege o Parecer CNE/CEB 1/1999 e a Resolução 252/2000 (CEEEd).

Conforme INEP (SENSO/RS, 2016), tínhamos cursando o Curso Normal em nível Médio 10.307 alunos no Rio Grande do Sul; é sabido que deste número apenas alguns seguem à docência, ou seja, após o curso ingressam nas licenciaturas continuando a sua carreira docente. Mas, ainda há jovens que buscam a formação de professor em nível médio, por diversos motivos, seja por vontade própria, por influência de amigos, por necessidade de trabalho. O quadro abaixo indica o número de matrículas no Curso Normal no RS.

**Matrícula Inicial - CURSO NORMAL em Nível Médio - RS 2016**

Dependência Administrativa	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Total
Estadual	3.614	2.343	1.980	2.370	10.307
Federal	0	0	0	0	0
Municipal	138	49	152	84	423
Particular	149	133	114	123	519
<b>Total</b>	<b>3.901</b>	<b>2.525</b>	<b>2.246</b>	<b>2.577</b>	<b>11.249</b>

Fonte: MEC/INEP/DEED/CGCEB - Censo Escolar da Educação Básica 2016

O número de alunos que optam pelo Curso Normal em nível Médio no Rio Grande do Sul, especialmente na rede estadual de ensino é pequeno comparado com a quantidade de matriculados no Ensino Médio, mas continua sendo relevante, pois o curso destina-se à formação inicial de professores. Formação esta admitida conforme legislação vigente, a LDBEN nº 9394/96, artigo 62, alterado pela lei 12.796 de 2013

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á, em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL - LDBEN, 1996).

Por conseguinte, o Curso Normal em nível Médio passa a ser uma maneira de adquirir ao mesmo tempo, a formação em nível médio e a formação como docente da Educação Infantil e dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental. O que de certa forma inseri o jovem ao mundo do trabalho, possibilitando que busque a formação em nível superior, na maioria das vezes, subsidiado por seu próprio trabalho, trabalhando na rede municipal ou estadual, em locais que admitem o Curso Normal em nível Médio como formação inicial, ou ainda, como monitores na Educação Infantil em Creches e pré-escolas.

Comparando o número de alunos que estão matriculados no Ensino Médio na rede estadual do RS, que é de 294.806, e os que cursam o Curso Normal que é de 10.307 passa a ser considerado pequeno, atingindo um percentual de 3,496%, analisando as matrículas iniciais e a totalidade dos três anos do Curso (SENSO ESCOLAR, 2016).

Mesmo com pouca procura para o curso, não podemos deixar de lado o seu caráter formador de professores(as) e sua relevância, pois, o mesmo constitui-se como formação inicial aos professores para atuar no início da escolarização da educação básica. De acordo com a Resolução nº 252/2000 (CEEEd), em sua justificativa refere que

Uma nova ênfase passa a estar presente no Curso Normal e que é, justamente, a estreita vinculação com a prática da docência. Com isso, as Classes de Aplicação passam a ocupar um papel ainda mais importante do que lhes tem sido reservado até agora, com a ampliação das atividades dos alunos do Curso Normal em **contato direto com a escola real**, desde o início do curso. Esse caráter eminentemente prático exigirá uma nova postura por parte da escola que oferece a formação de professores, desviando-se do caminho do estudo teórico, restrito à sala de aula tradicional, para a elaboração de Planos de Estudos essencialmente dinâmicos, em que a pesquisa, entendida como princípio norteador do processo educativo, centrada no eixo aprender-a-aprender, preside a seleção de experiências de aprendizagem. (Grífos da autora).

A reestruturação para o Curso Normal indicada pela Resolução do CEEed nº 252/2000, não anunciava a extinção, mas sim a qualificação do Curso Normal em nível Médio, sabendo que a formação deste professor(a) acontece no ambiente escolar, mediado de 400 horas de práticas pedagógicas, a serem realizadas ao longo do curso e que possibilitam estabelecer relações entre a teoria e a prática. Durante a formação os alunos já estão em contato direto com a escola real. Então, "se temos a faca e o queijo na mão", o que ainda está faltando para qualificar o Curso Normal em nível Médio? Um questionamento que se reporta a vários fatores.

Dentre estes fatores poderíamos elencar a própria valorização do curso, da carreira docente, da infraestrutura disponível, do acervo bibliográfico, dos recursos financeiros, que não são destinados de forma específica a esta formação inicial. Conforme a justificativa da Resolução 252/2000 (CEEed, p. 2).

Importante é compreender que, se o magistério é uma profissão com características tão próprias, a ponto de não poder ser comparada com outras funções técnicas, essa diferença precisa ser incorporada desde logo ao processo de formação do professor. Assim, não se trata, apenas de aproximar o aluno de informações oriundas da Pedagogia, da Didática, da Epistemologia, da Psicologia, da Filosofia, da sociologia e assim por diante, mas assegurar que essas informações adquiram significado, passando a integrar própria identidade do aluno, futuro professor.

Diferente de um curso técnico, não considerado por muitos pesquisadores como formação inicial, assim se encontra o Curso Normal em nível Médio, que busca manter-se na função de formação de professores para senão a principal, a mais importante faixa etária das crianças.

### **Breve percurso histórico do Curso Normal em nível Médio**

O Curso Normal em nível Médio surgiu como escola para professores leigos, impulsionada com intuito de formar professores para ensinar o povo. Surgiu conforme Tanuri (2000, p. 62)

Com a Revolução Francesa concretiza-se a ideia de uma escola normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos Sistemas Públicos de Ensino, multiplicaram-se as escolas normais.

Com os ideais franceses e lutas de classe, por uma escola para todos, tem início a formação de professores para a escola primária. Mas, já havia nesta época uma formação que não capacitava de forma adequada os profissionais para atuar com o ensino das crianças (SAVIANI, 2005, p. 12).

Em nosso país tudo acontece após a Independência como nos afirma Saviani (2005, p. 12), "No Brasil a questão do preparo de professores emerge após a Independência, quando se cogita da organização da instrução popular", mas como sempre tudo a passos lentos e com vários entraves pelo caminho. Os futuros professores, à época, eram selecionados mediante exame de aprovação, conforme Tanuri (2000, p. 62),

[...] e a Lei de 15/10/1827, que "manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império, também estabelece exames de seleção para mestres e mestras, embora num movimentado debate na Câmara muitos parlamentares tenham solicitado dispensa das mulheres dos referidos exames" [...]

Os referidos documentos citados apontam para conhecimentos mínimos que o candidato deveria ter, demonstrando que as vagas eram praticamente preenchidas pelos homens, visto que a eles sempre foi dado o direito de estudar, poucas eram as mulheres que estudavam, pois, deveriam dedicar-se apenas aos afazeres domésticos. Como no caso acima, para apresentar o notório saber deveria sobressair-se em relação aos homens. As escolas normais desde sua criação foram provinciais e continuam sendo atribuições dos estados.

No Brasil a primeira escola normal criada foi na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, destinada ao magistério da instrução primária. Conforme Tanuri (2000, p. 64), o currículo era composto por: "ler e escrever pelo método lancasteriano".

Em meados de 70, ocorrendo transformações na conjuntura política e educacional, buscou-se a valorização da educação e das escolas normais, com enriquecimento de seus currículos e abertura ao público feminino. Saviani (2005)

Saviani (2005) aponta um dos três momentos decisivos na formação do professor em nível de Brasil, cujo início deu-se com uma reforma na maneira de ensinar aos professores, tendo o enriquecimento dos conteúdos curriculares propostos à formação do docente. A abertura do magistério para as mulheres pode ser vista por dois vieses. Conforme Tanuri (2000, p. 66),

De um lado, o magistério era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher, tradicionalmente cultivadas, os preconceitos que bloqueavam a sua profissionalização, com o movimento em favor de sua ilustração, já iniciado nos anos 70. De outra parte, o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração.

Para as mulheres uma grande conquista, mesmo que estivesse por trás disso o desprestígio social da profissão, considerado assim pela sociedade patriarcal em que se vivia na época. Também, para o poder dominante, as mulheres eram uma alternativa visto que os salários não eram muito atrativos aos homens. Tudo que a classe patriarcal dominante desejava para servir aos propósitos de pagar pouco, a quem ensina o povo. E ensinar, somente o necessário para que fossem desempenhadas as funções cabíveis a mão-de-obra que se precisava.

A igreja perde o poder sobre a escola, e esta passa ao Estado, bem como a sua ideologia. A partir do século XVIII não se pode ensinar sem uma licença ou autorização, atrelada a uma formação.

Com as Conferências Interestaduais de Ensino Primário, houve busca pela qualificação do currículo da escola normal; ajudaram neste processo os movimentos do escolanovismo. A elevação do curso para três anos, a criação dos grupos escolares e a busca por um curso de nível superior que atendesse a escola normal e o ginásio, foram algumas destas conquistas. TANURI (2000, p. 69)

Já em meados de 1935, conforme Saviani (2005, p. 17), guiados por Anísio Teixeira e seu programa ideal, as práticas de contato com as crianças da escola durante a formação dos professores começaram a acontecer; as escolas experimentais fornecendo uma base de pesquisa que pretendia dar caráter científico aos processos formativos. Não obstante, o que prevaleceu com relação ao ensino Normal até a Lei nº 5692/71, foi o Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de

1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal, que dividiu o Ensino Normal em dois ciclos. Assevera Saviani (2005, p.18), “com predominância das disciplinas da cultura geral, no estilo das velhas escolas normais”. Este modelo perdurou por 25 anos e com o Golpe Militar de 1964, a Escola Normal sofreu mais uma vez, como chama atenção Saviani (2005) ocorre a “descharacterização do modelo de Escola Normal”.

Ao mesmo tempo em que há ascensão em relação a esta formação inicial do professor, houve retrocessos, são idas e vindas pelas quais, a educação como um todo, enfrenta ao longo dos anos. Nóvoa (1999, p.18), faz refletir quando refere que

As escolas normais representam uma conquista importante do professorado, que não mais deixará de se bater pela dignificação e prestígio destes estabelecimentos: maiores exigências de entrada, prolongamento do currículo e melhoria do nível acadêmico são algumas das reivindicações inscritas nas lutas associativas dos séculos XIX e XX. As escolas normais estão na origem de uma verdadeira mutação sociológica do corpo docente.

Assim, vários avanços e entraves vêm sendo constituídos ao longo da história do Curso Normal, história marcada por lutas, conquistas e acima de tudo o grande desafio de ser a formação inicial de professores em nível médio. Atualmente, as mudanças estruturais em seus planos de estudos, matriz curricular, horas destinadas às práticas pedagógicas, aprovados periodicamente pelo Conselho Estadual de Educação, visam garantir a formação e aquisição do diploma por parte dos alunos.

Fazendo um recorte na história e avançando no tempo podemos falar da Lei nº 5692/71, e o que fez com o Curso Normal no Brasil. Conforme o Parecer (CNE) 1/99 (1999, p. 15)

Quanto à habilitação para o magistério em nível de 2º grau, a Lei n.º 5692/71 descaracterizou o antigo Curso Normal, introduzindo o mesmo divórcio entre formação geral e específica que já ocorria nas licenciaturas. Deve-se observar ainda que, apesar da ênfase atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases à formação em nível superior, não se pode descurar da formação em nível médio, que será, por muito tempo, necessária em muitas regiões do País. Além disso, a formação em nível médio pode cumprir três funções essenciais: a primeira é o recrutamento para as licenciaturas, a segunda, a preparação de pessoal auxiliar para creches e pré-escolas, e a última, servir como centro de formação continuada.

A Lei nº 5692/71, idealizava a formação profissionalizante em nível médio, tendo como finalidade o não prosseguimento dos estudos. Para o Curso Normal ela (a Lei) representou a cisão curricular que vige até hoje na matriz deste curso, que é dividida entre formação geral e formação profissionalizante.

A LDBN nº 9394/96, veio na perspectiva de não causar a terminalidade do Curso Normal, mas de fazer com que os professores busquem a formação em nível superior, ou seja, a qualificação para profissão docente e a formação continuada.

Saviani (2005), por sua vez, realiza reflexões acerca da contradição que a Lei nº 9394/96 apresentou em relação ao que diz o art. 62 e o art. 87 das disposições transitórias, no parágrafo 4º, sendo o mesmo já revogado pela Lei nº 12.796 de 2013. Mantendo a exceção do art. 62, no qual para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental é admitida a formação em nível médio no Curso Normal. Nas explanações de Saviani (2005, p. 22),

A falha de redação ocorreu no parágrafo quarto do Artigo 87 das Disposições Transitórias. Ali está escrito: “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados em treinamento em serviço”. Ora, literalmente isso significa que até o final da década da educação, que a lei definiu como se iniciando “um ano a partir” de sua publicação, portanto, de 23 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2007, somente seriam admitidos professores formados em nível superior [...].

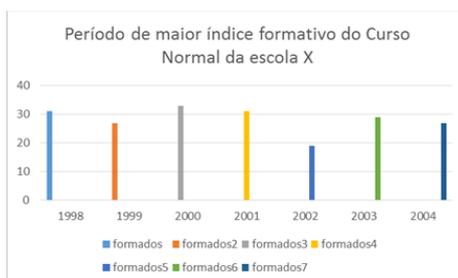
Passou-se não só a década prevista como “Década da Educação”, como mais 6 anos até o parágrafo quarto do artigo 87 ser vetado, mas as polêmicas surgiram logo após a aprovação da LDBEN nº 9.394/96. E perduraram até as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores na Modalidade Normal em Nível Médio pela CNE/CEB 1/1999, a qual deixa estabelecida a continuidade do Curso.

Algumas escolas após a Lei nº 9394/96, fecharam, em consequência disso. Todavia, o Curso deveria passar por mudanças estruturais e foi o que se propôs com o parecer nº 252/2000 (CEEd), todavia, as mudanças na educação sempre andam a passos lentos e sua efetivação é demorada. A “cara” nova para o Curso era necessária, assim como mudanças nos cursos de formação inicial devem ser realizadas, pois é indispensável este movimento reflexivo na educação.

## Discutindo os achados

A escola pesquisada vem formando em média 18 novos professores por ano, tendo o seu maior pico formativo nos anos de 1998 a 2001, sendo cerca de 30 professores por ano, exatamente no período de instituição da Diretriz Curricular Nacional para formação de professores na Modalidade Normal em Nível Médio nº 1/99 e a Resolução 252/2000 do CEED, esclarecendo os aspectos da Lei nº 9394/96 sobre a validade do Curso Normal.

**Gráfico 1:** Formados no período da instituição da Diretriz 1/99 e Resolução 252/2000 (CEEd)



Fonte: Dados pesquisados

**Tabela 1:** Porcentagens de formados que seguiram à docência

Ano formação	Nº Formados	Egressos		Percentual de formados que seguiram a carreira docente
		Docentes na Região	Docentes na Escola X	
1985	10	9	1	90%

1986	8	5	2	62,5%
1987	11	7	2	63,63%
1988	13	6	2	46,15%
1989	9	6	2	66,66%
1990	12	3	2	25%
1991	6	2	2	33,33%
1992	5	4	0	80%
1993	4	4	2	100%
1994	19	10	2	52,63%
1995	19	8	2	42,10%
1996	17	11	3	64,70%
1997	12	5	2	41,66%
1998	31	12	2	38,70%
1999	27	10	2	37%
2000	33	7	1	21,21%
2001	31	5	4	16,12%
2002	19	3	1	15,87%
2003	29	7	1	24,13%
2004	27	6	1	22,22%
2005	19	3	0	15,78%
2006	19	4	0	21%
2007	20	2	0	10%
2008	22	4	0	18,18%
2009	14	2	0	14,28%
2010	21	5	0	23,80%
2011	24	8	0	33,33%
2012	16	5	0	31,25%
2013	24	5	0	20,83%
2014	12	2	0	16,66%
2015	17	2	0	11,76%
2016	14	5	0	35,71%
2017	9	4	0	44,44%
<b>TOTAL</b>	<b>573</b>	<b>181</b>	<b>36</b>	

31,59% 19,88%

Fonte: Dados pesquisados

Pelo gráfico 1 é visível que os esclarecimentos em relação à Lei, na forma da Diretriz 1/99, de certa forma, proporcionou crescimento na procura pelo Curso e a Resolução 252/2000 complementou esta normativa e possibilitou maior procura pelo curso.

O maior índice de formados que prosseguiu na carreira docente fora dos anos de 1985 a 1989, ou seja, à medida que terminavam a formação em nível médio, seguiam a carreira docente. De certa forma, pode-se concluir que devido à conjuntura da região na década de 80 e 90 a necessidade era muito grande, e o acesso para ser professor tinha maior demanda. O que de fato não ocorre nos dias atuais e à medida que surgem os concursos públicos para ingresso na carreira docente, este número diminui. Na tabela 1 temos que de 2005 até 2017 nenhum professor formado no curso neste período conseguiu ingressar na escola analisada.

Na tabela 1 os dados também estão explicitados em porcentagem, dos quais percebe-se que à medida que os anos passam o número de egressos que seguem a carreira docente oscila e/ou vai decrescendo. São vários os alunos que optam por seguir outras carreiras, outros não conseguem trabalhar na sua área. Observa-se que de um total de 573 alunos formados, 181 seguiram à docência, cerca de 31,59%. Também, cabe enfatizar que dos 181 egressos que seguiram a carreira docente, 36 são professores na escola X, perfazendo 19,88% dos egressos do Curso ao longo de 32 anos. Um dado importante que cabe reflexões sobre a importância deste curso para a região e em especial para escola é de que os 36 docentes equivalem a 50% do total de professores da escola.

Com relação ao questionário aplicado aos 10 professores(as) que formaram-se na escola pesquisada e nela trabalham, explicito os resultados apresentados. Com relação aos anos na docência, dos 10 entrevistados, seis possuem entre 15 a 20 anos, 3 acima de 20 anos e apenas um de 10 a 15 anos.

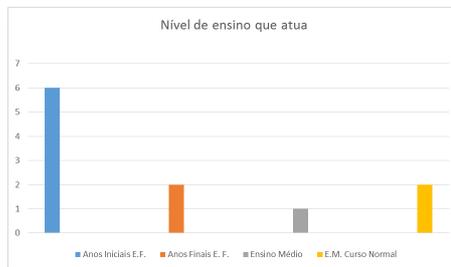
**Gráfico 2:** Questão nº 1



Fonte: Dados pesquisados

A maioria dos entrevistados atua nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental= 6, dos entrevistados, os demais distribuíram entre Ensino Fundamental Anos Finais=2, e no Curso Normal em nível Médio. A predominância da atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Cabe ressaltar que os 10 professores pesquisados todos, possuem nível superior completo, bem como o montante de 36 professores atuantes na escola pesquisada, de acordo com indagações realizadas aos mesmos.

**Gráfico 3:** Questão nº 2



Fonte: Dados pesquisados

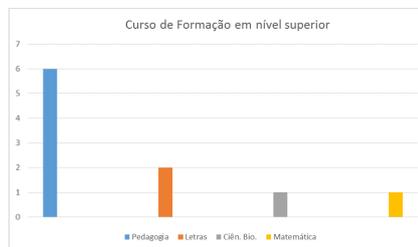
Um dos aspectos abordado no questionário aplicado, refletia sobre a relevância da realização do Curso Normal em nível médio para sua vida profissional e para a escolha da profissão docente. Todas as respostas foram afirmativas, elencando que o curso proporcionou uma base sólida, e que o mesmo fora importante, tanto para escolha do Curso em nível superior, como para a vida pessoal. Todos os participantes da pesquisa ingressaram na carreira docente, por meio de concurso público via formação pelo Curso Normal em nível médio. Apresento algumas falas respondidas nos questionários:

*Com certeza, foi a base de tudo, o início do conhecimento teórico e prático. O magistério me forneceu um aprendizado muito grandá(professor(a) nº 4, formação em Pedagogia).*

*Sim, pois a formação inicial no Curso Normal em Nível médio nos dá a base das didáticas e a visão de como trabalhar com o aluno de forma clara e coerente com a prática (professor(a) nº 8, formação em Letras/Espanhol).*

As respostas apresentadas possibilitam perceber que de fato o curso foi relevante e significativo para os/as pesquisados/as e para suas escolhas profissionais posteriores.

Gráfico 4: Questão nº 3



Fonte: Dados pesquisados

A predominância formativa dos entrevistados foi no Curso de Pedagogia - LP, o que corrobora com a predominância no seu nível de atuação sendo os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visto que na escola pesquisada todos os professores que atuam nesta etapa do ensino possuem além da formação em nível médio no Curso Normal, a formação em nível superior na área da Pedagogia. Sendo o curso um estímulo para prosseguir na carreira docente conforme o Parecer (CNE) 1/99.

### Ponderações finais

A pesquisa comprovou a relevância que o Curso Normal em nível médio possui para a região do Alto da Serra do Botucaraí-RS, a importância do curso como a formação inicial de professores para a região, vindo a sanar a falta destes profissionais, proporcionando acesso à educação para muitas crianças e jovens que necessitavam. Também, fica comprovado que o Curso Normal em nível médio é considerado formação inicial de professores, amparado no Parecer do CNE nº 1/99, e no RS na resolução do CEE nº 252/2000.

Ademais, a realização deste curso favorece aos egressos buscar formação em nível superior para a docência como fora apresentado nos questionários realizados. Cabe aqui refletir que políticas públicas podem ser implantadas para possibilitar um elo entre o Curso Normal em nível médio e as Licenciaturas, visto que um complementa e/ou acaba sendo o prosseguimento do outro. Com isso, surge uma nova indagação: seria possível estabelecer esta ponte formativa de maneira significativa e que qualificasse a formação dos professores da Educação Básica? Nos propõe novas reflexões e buscas por alternativas de aplicação desta ideia. Afinal é formação inicial de professores e deve ser tratada com a devida importância, constitui base de conhecimentos a educadores.

A formação inicial deve representar um espaço de percepções, de construções e desconstruções sobre a teoria e a prática, mas especialmente sobre as situações reais da escola, tendo como possibilidade a construção de novas ações pedagógicas como Libâneo (2017), e Nóvoa (1999) nos apresentam. A Educação Básica tem muito a ganhar com a qualificação do Curso Normal em nível médio e valorizando-o como formação inicial de professores já é um começo. Vamos continuar a amadurecer esta ideia, pois precisamos que frutifique.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70. 1977.

BRASIL, CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores na Modalidade Normal em Nível Médio** Brasília, 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb001\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb001_99.pdf) Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/leis/lein9394.pdf> .Acesso em: 26 nov. 2017.

COREDES. **Dados disponíveis na Fundação de Economia e Estatística**. Disponível: <https://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: fev. 2018.

JESUS Maria Aparecida de Oliveira; GOMIDE Angela Galizzi. **Políticas de formação de professores: alguns apontamentos sobre a formação em nível médio, no estado do paraná, a partir do ano de 2003**. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/md\\_maria\\_aparecida\\_oliveira\\_jesus.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_maria_aparecida_oliveira_jesus.pdf). Acesso: mar. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus Editora, 2017.

\_\_\_\_\_, José Carlos. Entrevista ENDIPE 2016. Disponível em: <http://www.ufmt.br/endipe2016/news/>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Notas Estatísticas do Senso Escolar 2016**. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf). Acesso em: jan. 2018.

MEC/INEP/DEEP/CGCEB. **Censo Escolar de 2016**. Disponível em: <<http://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>> Acesso: 27 nov. 2017.

MONTEIRO, Albêne Lis-UEPA, NUNES, Cely do Socorro-UEPA. **A política estadual de formação de professores no Pará: a Extinção do curso médio normal**. GT: Formação de Professores - nº 8. ANPED:2006.

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. 2ª ed. Portugal: Porto Editora, 1999.

RIBEIRO, Mônica (UFPR). **Entrevista com a coordenadora local do encontro, ANPEd Sul 2016**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/destaques-da-anped-sul-2016-entrevista-com-monica-ribeiro-ufpr-coordenadora-local>> Acesso em: mar. 2018.

RIO GRANDE DO SUL, CEED. **Resolução 252/2000 de 05 de janeiro de 2000**. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <[https://www.sinpro.rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_CEEEd\\_252\\_2000.pdf](https://www.sinpro.rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CEEEd_252_2000.pdf)> Acesso em: jan. 2018

SANTOS Maria Lêda Lóss dos, DAMIANI Fernanda Eloísa. In: LONGHI, Solange Maria e DAL MORO, Selina Maria (orgs.). **Como eles são? Concretizando a realidade silenciosa do analfabetismo no sul do Brasil**. Passo Fundo: IFIBE, 2014.

SAVIANI, Demerval. História da Formação docente no Brasil. **Educação Revista do Centro de educação**. UFSM. v. 30, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2005.

TANURI Loenor Maria. História da Formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. nº 14 mai/jun/jul/ago de 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a0>>.